



JUN-05

Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil

Fundada em 19 de dezembro de 1978

Brasília, 26 de junho de 2018.

Plantão: Mariana Lopes, Wellington Pereira, Tereza Fujii, Cleiton Almeida, Júlio Reis, Herivelton Ferraz e Rosângela Costa

Em atividade em Brasília: Márcia Abreu e Valdenise Ribeiro

INFORME NACIONAL

15 DE JUNHO – FASUBRA PARTICIPA DE DEBATE NO SENADO SOBRE OS 30 ANOS DA CONSTITUIÇÃO E EDUCAÇÃO

No último dia 15, a Fasubra participou na CDH do Senado do debate sobre os 30 anos da Constituição e a Educação. Na ocasião foi ressaltada a importância da Constituição, batizada de cidadã, onde o seu âmago era: a inclusão, o combate às desigualdades e a equidade regional. Foi também lembrada a liderança do saudoso Florestan Fernandes, um dos responsáveis pelo capítulo da educação.

De acordo com a conjuntura do país a constituição e as leis flutuam conforme os interesses dos governos e as orientações que prevalecem durante certo período. Nos últimos tempos a constituição teve avanços e retrocessos. Entre os avanços podemos citar a EC 53 e 59, que destinou um percentual do PIB para a educação, melhor qualificou o papel do PNE (fortemente ameaçado pelo governo golpista) com a possibilidade de chegar a 10% do PIB para educação.

Apesar de a Constituição ter sido inclusiva, as trabalhadoras e trabalhadores em educação das IPE (Instituições Públicas de Ensino), ainda hoje não têm a identidade enquanto trabalhadores da educação respeitada, pois a própria LDB hora os chama de não docentes ou funcionários técnicos. Também os diferencia na falta de paridade na composição de conselhos ou comissões.

Assim, a luta em defesa da educação pública passa necessariamente pela derrubada da EC 95, sob pena de se desconsiderar esses 30 anos de Constituição.

19 DE JUNHO- FASUBRA PARTICIPA DE ATOS EM DEFESA DA DATA-BASE PARA TRABALHADORES DO SERVIÇO PÚBLICO E PELA REVOGAÇÃO DA EC95

Na tarde do dia 19 de junho de 2018, a Fasubra Sindical participou dos atos convocados pelo FONASEFE e FONACATE com as pautas: em defesa dos serviços públicos; pela revogação da Emenda Constitucional 95 (EC95, antiga PEC55, que limita gastos em saúde e educação) e Data-Base já.

Seguindo a orientação da Plenária Nacional, que ocorreu nos dias 15 e 16 de junho, as entidades SISTA-MS, Sintest-RN, SINTESPB, SINTUFRJ, Asunirio e Assufrgs mantiveram representantes para as atividades. Também enviaram delegações: SINTUFF, SINTET-UFU e SINT-IFESgo.

Conforme a programação, os representantes participaram dos Atos em frente ao MPDG (antigo MPOG), em seguida as e os militantes seguiram em marcha pela Esplanada dos Ministérios rumo ao Supremo Tribunal Federal, onde no dia 20/06/18 as e os ministros discutiriam matéria referente à data-base, pauta histórica das trabalhadoras e trabalhadores do serviço público.

Após várias falas que empolgaram a todas e todos, o ato foi encerrado com velas acesas formando as palavras: Data-base já na porta do Supremo.

19 DE JUNHO – AUDIÊNCIA E ATO NA UnB

Na tarde do dia 19/06/2018, além do ato pela Data-base, uma representação da Fasubra Sindical participou também de atividades na UnB: Audiência da Frente Parlamentar pela Valorização das Universidades Federais, coordenada pela deputada Margarida Salomão (PT-MG). Participaram também a deputada Érika Kokay (PT-DF) e o deputado Edmilson Rodrigues (PSOL-PA). Pela reitoria da UnB, o Reitor em exercício Enrique Huelva e o chefe de gabinete Paulo Cesar. O movimento estudantil esteve presente com estudantes de graduação e pós-graduação.

O foco da audiência foi a questão dos recursos financeiros para custeio das universidades e a luta contra a EC 95. Na oportunidade os representantes da Fasubra pautaram a demissão de trabalhadoras e trabalhadores terceirizados na UnB e, em especial, a do dirigente sindical Mauro Mendes, momento em que cobraram da reitoria apoio junto a Andifes às pautas protocoladas no MEC. Além disso, as e os estudantes apresentaram pauta específica que inclui melhorias na assistência e permanência estudantil, e cobraram a readmissão de todas(os) terceirizadas(os) e das estagiárias(os).

Após essa audiência, ocorreu ato público no Ceubinho, onde a representação da Fasubra reafirmou em sua fala a defesa da educação pública, da necessidade de democratizar as IPES e da revogação da EC 95.

19 DE JUNHO – SEMINÁRIO: SITUAÇÃO E DEMANDAS DOS CAMPUS FORA DA SEDE DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO (IFE)

O Seminário ocorreu no dia 19 de junho, 14h às 18h, Plenário 10 da Câmara de Deputados Federais, a FASUBRA esteve representada pela Coordenação de Educação.

O Seminário tratou da demanda e situação dos campi fora das sedes das universidades federais e institutos federais de ensino, pesquisa e extensão com a perspectiva de reivindicar medidas para a consolidação da expansão e interiorização dessas instituições.

O evento contou com a presença de deputadas e deputados da Comissão de Educação, dirigentes de campus, componentes do Fórum Nacional de Dirigentes de campus fora da sede das IFE [FORCAMP], de representantes do MEC, dentre eles o Secretário Nacional da Secretaria de Educação Superior [SESU], Paulo Barone e representantes das trabalhadoras e trabalhadores em educação superior e técnico-profissional, por meio de suas entidades Fasubra, Proifes e Andes.

Dentre diversos temas debatidos, houve especial atenção para as necessidades orçamentárias do processo de consolidação da expansão e interiorização, com quase unanimidade para a crítica à Emenda Constitucional 95, que congela os gastos e investimentos primários por 20 anos e foi indicada por dirigentes de *campi*, trabalhadoras e trabalhadores, deputadas e deputados, como maior entrave para essa consolidação.

Os dirigentes do FORCAMP denunciaram que entregaram ao MEC em 2017, documento reivindicando 18 pontos que consideram centrais para a consolidação da expansão.

A realização desse seminário e a instituição do FORCAMP eleva a responsabilidade da Fasubra em se apresentar no debate, na luta e interlocução para defender a educação pública, das universidades e institutos federais, considerando as condições de trabalho, salário e carreira dos TAE, como parte estratégica para a garantia da qualidade de ensino ofertada pelas IPE.

Dessa Reunião do Forcamp resultou um Ofício que foi protocolado no MEC. Ver cópia em ANEXO.

Brasília, 29 de novembro de 2017.

Documento dos Diretores dos *campi* fora de sede das UFs e dos *campi* dos IFs dirigido ao Exmo. Sr. Ministro da Educação

Exmo. Senhor,

Manifestamos, inicialmente, nossos cumprimentos a V. Excelência, ao mesmo tempo em que já afirmamos, partindo desse documento, a absoluta confiança nos processos de diálogo institucional, conquista da recente democracia brasileira.

Estamos iniciando, enquanto conjunto de diretores dos *campi* interiorizados de instituições públicas de ensino superior das cinco regiões do país, um processo de organização, resultado de preocupações daqueles que buscam transformar a realidade de suas regiões.

As diferentes formas, tempos e proporções da implantação dos *campi* fora de sede e Institutos Federais, trouxeram novos indicadores e desafios sem precedentes vividos pelas Universidades Federais (UFs), Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia (IFs), Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) de todo o país e pelo Colégio Pedro II. Por exemplo, a criação de experiências pedagógicas e administrativas inovadoras, novos campos de pesquisa e extensão, a interação direta da ação acadêmica com as realidades regionais, o acesso às populações desassistidas pela educação pública, entre outros.

De acordo com todos os acúmulos produzidos nos debates coletivos, como o ocorrido em Brasília nos dias 24 e 25 de outubro e 28 de novembro pela Comissão de Educação (Subcomissão que trata dos *campi* fora de Sedes das UFs e IFs), bem como pelos diferentes encontros locais realizados de modo crescente nos últimos meses pelo país, foram elencados os principais pontos de reivindicação aos diferentes espaços formais de interlocução, conforme apresentado a seguir:

1. Criação de programa orçamentário, iniciando em 2018, destinado a consolidação e manutenção dos *campi* fora de sede ou instituições *multicampi*;
2. Garantia da liberação orçamentária integral das IFEs de acordo com o planejamento estabelecido pela Lei Orçamentária Anual (LOA);
3. Garantir a execução do orçamento planejado dentro do exercício fiscal estabelecido, respeitado os prazos legais da legislação de licitações (Lei 8666/1996) ao longo do ano;
4. Revisão da portaria do MEC nº 246/2016 para adequar o quadro de pessoal dos IFs, pois o dimensionamento atual não atende as necessidades;
5. Definição de critérios para equidade na distribuição das gratificações por função;
6. Assegurar o compromisso pactuado com o MEC dentro do projeto de implementação/expansão das Universidades Federais (UFs), dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia (IFs), dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) de todo o país e do Colégio Pedro II;

7. Criação de políticas e programas relacionados com incentivos para a fixação dos servidores nas Universidades Federais (UFs), Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia (IFs), Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) de todo o país e no Colégio Pedro II;
8. Criar mecanismos de apoio à fixação dos egressos das Instituições Federais de Ensino (IFE) na região;
9. Manutenção e ampliação das políticas de assistência estudantil, garantindo a todos os alunos em situação de vulnerabilidade, o recebimento dos proventos do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES);
10. Melhor articulação intersetorial do MEC com o Ministério da Saúde, CONASS e CONASEMS para a certificação e incentivos aos hospitais de ensino nos municípios com Universidades Federais (UFs) de todo o país;
11. Alocar um Procurador/Assessoria Jurídica nos *campi* fora das Sedes nas UFs e nos *campi* dos IFs;
12. Criar mecanismos para a consolidação da Pós-Graduação no interior;
13. Criação de incentivos para a integração das Universidades Federais, com os Institutos Federais, CEFETs e Colégio Pedro II com objetivo de potencializar as ações regionais;
14. Garantir a autonomia das Universidades Federais (UFs), Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia (IFs), Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) de todo o país e pelo Colégio Pedro II para a celebração de compras e aluguéis que estão dentro das suas necessidades;
15. Elaboração de diretrizes para assistência de saúde (médica e psicológica) aos estudantes, professores e técnicos administrativos;
16. Promover a Articulação Interfederativa com os Estados e Municípios para a melhoria das condições e consolidação dos *campi*;
17. Garantir a manutenção do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), como programa essencial para o êxito das Licenciaturas;
18. Garantir a continuidade do investimento e viabilização no transporte para atendimento das atividades fins institucionais.

Assinam abaixo Diretores dos *campi* das Universidades Federais, dos Institutos Federais, CEFETs e Colégio Pedro II que participaram do encontro com a Subcomissão da Câmara dos Deputados que trata do assunto, no dia 28 de novembro, e que concordam com os encaminhamentos realizados.

Respeitosamente

Direções dos *campi* das UFs, dos IFs, CEFETs e Colégio Pedro II.

Ao Excelentíssimo Senhor
JOSÉ MENDONÇA BEZERRA FILHO
Ministro da Educação

A FASUBRA tem acompanhado as sessões do Supremo Tribunal Federal desde o último dia 19/06 quando na pauta constava o julgamento da ação que dá direito à revisão anual de remuneração dos servidores, conforme previsto no inciso X do artigo 37 da Constituição Federal. A Federação tem participado de vigília com outras entidades do Serviço Público junto ao FONASEF e FONACATE, no STF pela aprovação da data-base da categoria. Inicialmente, os ministros iriam apreciar a matéria na sessão da quarta-feira (20/06), o que não aconteceu.

A FASUBRA tem acompanhado as pautas em debate no Supremo, todas as sessões de dentro do Plenário com a presença da Coordenação e da Assessoria Jurídica da Federação. Na oportunidade, procuramos a assessoria da ministra Carmem Lúcia que se comprometeu a divulgar, no início desta semana a data para a inclusão do assunto na pauta, tendo em vista que não foi discutido nestas duas sessões.

A presidência do Supremo Tribunal Federal incluirá no calendário de julgamentos do plenário as ações diretas de inconstitucionalidade (ADI) 5.794 e 5.826. Essas ações questionam pontos da Reforma Trabalhista, mais especificamente, o fim da contribuição sindical compulsória e o contrato de trabalho intermitente. A previsão é que entrem na pauta desta quinta-feira (28), em sessão que vai começar às 14 horas.

Neste sentido por decisões monocráticas da ministra, presidenta do STF, Carmem Lúcia, pois, cabe a ela as prioridades de ações, ficando assim a revisão de reajuste anual de remuneração dos servidores correndo o risco de serem adiados por mais algumas sessões.

A FASUBRA orienta as entidades de base, bem como, as entidades do funcionalismo dos três segmentos a enviarem mensagens aos Ministros através dos endereços anexo, na perspectiva de sensibilizá-los em um assunto de interesse do serviço público federal, estadual, e municipal.

DATA BASE PARA AS TRABALHADORAS E TRABALHADORES DO SERVIÇO PÚBLICO JÁ!

Acompanhe no site do STF o processo: RE 565089 Data-base - Revisão Geral Anual (Mora do Executivo - inciso X, art. 37, CF 1988).

VOTOS A FAVOR:

Marco Aurélio

Carmem Lúcia

Luiz Fux

VOTOS CONTRA:

Luís Roberto Barroso

Teori Zavascki

Rosa Weber

Gilmar Mendes

FALTAM VOTAR:

Edson Fachin

Ricardo Lewandowski

Celso de Mello

Dias Tofolli.

ENDEREÇOS E CONTATOS DOS (AS) MINISTROS(AS)

MINISTRA CÁRMEN LÚCIA:

Telefone: (61) 3217-4348.

E-mail: audienciaCarmen@stf.jus.br

Chefe de Gabinete da Presidência: Maria Cristina Petcov

Telefone: 61 3217 - 4352

presidencia@stf.jus.br

MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI

Telefone: (61) 3217-4017

Telefone: (61) 3217-4025

Telefone: (61) 3217-4269

Email: presidencia.stf@stf.jus.br

E-mail: mrlewandowski@stf.jus.br

MINISTRO MARCO AURÉLIO

Telefone: (61) 3217-4826 / 3217-4281

E-mail: mam@stf.jus.br

E-mail: audienciagabmmam@stf.jus.br

E-mail: marcoaurelio@stf.jus.br

MINISTRO DIAS TOFFOLI

Telefone: (61) 3217- 4102

E-mail: gabmtoffoli@stf.jus.br

MINISTRO LUIZ FUX

Telefone: (61) 3217- 4388

E-mail: gabineteluizfux@stf.jus.br

MINISTRO ALEXANDRE MORAES

Telefone: (61) 3217- 4191

E-mail: gabmoraes@stf.jus.br

MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO

Telefone: (61) 3217- 4323

E-mail: audienciaamlrb@stf.jus.br

MINISTRO EDSON FACHIN

Telefone: (61) 3217- 4133

E-mail: gabineteedsonfachin@stf.jus.br

MINISTRO CELSO DE MELLO

Telefone: (61) 3217-4077

E-mail: gabcob@stf.jus.br

MINISTRO GILMAR MENDES

Telefone: (61) 3217-4175

E-mail: mgilmar@stf.jus.br

E-mail: audienciasgilmarmendes@stf.jus.br

MINISTRA ROSA WEBER

E-mail: convites-minrosaweber@stf.jus.br

E-mail: audienciasrw@stf.jus.br

Telefone: (61) 3217-4236

20 DE JUNHO – SEMINÁRIO DE 04 ANOS DO PNE

Ainda no dia 20/6, na Câmara dos Deputados, ocorreu o Seminário de 4 anos do PNE, proposto pelo Dep. Federal Pedro Uczai (PT-SC) e também contou com representação da Fasubra. O foco do seminário foi a avaliação dos 4 anos do PNE (Plano Nacional de Educação), que contou com uma mesa de abertura, mesa de Balanço dos 4 anos do PNE, mesa sobre Financiamento e Metas do PNE e mesa sobre o PNE e a Qualidade da Educação, Autonomia e Valorização Profissional, sendo que em todas as mesas foram destacados a falta de empenho dos governantes para o cumprimento das metas, distorções de resultados pela atual gestão MEC, além da falta de espaço verdadeiramente democrático para discussão da educação dentro do MEC, denúncias de cortes do governo federal nos programas de bolsas e as várias dificuldades financeiras para alavancar o sistema de educação no país e o cumprimento das metas do PNE, assim, entre outros encaminhamentos se destacou a necessidade imediata de lutar pela revogação da Emenda Constitucional 95.

20 DE JUNHO – SOLICITAÇÕES DE AUDIÊNCIAS NA CÂMARA E NO SENADO



Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil

OF.113-18 - SEC

Brasília-DF, 20 de junho de 2018.

EXCELENTÍSSIMO SR.
SENADOR EUNICIO DE OLIVEIRA
Presidente do Senado
NESTA

Senhor Presidente,

A Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (FASUBRA SINDICAL) vem solicitar a essa Presidência, marcação de audiência ou empenho para tratar os pontos elencados abaixo:

- Assuntos pertinentes à categoria representada pela FASUBRA SINDICAL e a todos os trabalhadores do Serviço Público que estão em tramitação no parlamento.
- Apoio e gestões junto ao Poder Executivo para a abertura de diálogo e negociação das demandas da Entidade uma vez que não é recebida pelo Ministro da Educação nos últimos dois anos, dificultando ainda mais as relações nas Instituições Federais, Estaduais e Municipais da Educação Superior.

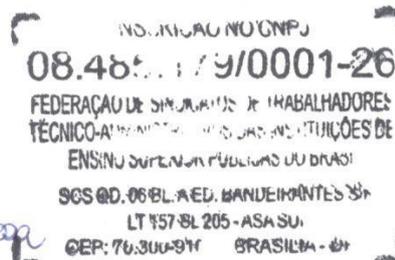
Agradecemos a atenção dispensada ao nosso pleito, ao tempo em que aguardamos resposta.

Cordialmente,

Presidência do Senado
Jacqueline de Souza, Mat. 300618
RECEBI O ORIGINAL
Em 20/06/18 Hora 17:27

Mariamade O. Lopes Barbosa

Coordenação Nacional
FASUBRA SINDICAL





Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil

OF.112-18 - SEC

Brasília-DF, 20 de junho de 2018.

EXCELENTÍSSIMO SR.
DEPUTADO RODRIGO MAIA
Presidente do Congresso Nacional
NESTA

Senhor Presidente,

A Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (FASUBRA SINDICAL) vem solicitar a essa Presidência, marcação de audiência ou empenho para tratar os pontos elencados abaixo:

- Assuntos pertinentes à categoria representada pela FASUBRA SINDICAL e a todos os trabalhadores do Serviço Público que estão em tramitação no parlamento.
- Apoio e gestões junto ao Poder Executivo para a abertura de diálogo e negociação das demandas da Entidade uma vez que não é recebida pelo Ministro da Educação nos últimos dois anos, dificultando ainda mais as relações nas Instituições Federais, Estaduais e Municipais da Educação Superior.

Agradecemos a atenção dispensada ao nosso pleito, ao tempo em que aguardamos resposta.

Cordialmente,

Mariane de O. Lopes Barbosa

Coordenação Nacional
FASUBRA SINDICAL

INSCRIÇÃO NO CNPJ
08.485.179/0001-26
FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE
ENSINO SUPERIOR PÚBLICAS DO BRASIL
SCS QD. 06 BL. A ED. BANDEIRANTES S/N
LT 157 SL 205-ASA SUL
CEP: 70.300-910 BRASÍLIA - DF

ERRATAS

- RETIFICAÇÃO DO TEXTO DA RESOLUÇÃO DA PLENÁRIA DE 15 E 16/06 QUE TRATA DAS PAUTAS DA COORDENAÇÃO DE APOSENTADOS E ASSUNTOS DE APOSENTADORIA - Em reunião na Plenária da Fasubra, no dia 16 de junho, a Coordenação de Aposentados e Assuntos de Aposentadoria da Fasubra, reunida com aposentados e aposentandos, levou para votação em Plenário as seguintes resoluções: Acrescentar no calendário da Fasubra a participação no movimento da Universidade Federal Fluminense, dia 21 de junho, **em defesa do Reposicionamento dos Aposentados** e das demais pautas da categoria ameaçadas pelos Reitores e o Governo. Reafirmar que o Encontro Nacional de Aposentados, que está previsto para setembro, com data a ser definida antes da próxima Plenária. As demais proposições do CONFASUBRA referentes a aposentados e assuntos de aposentadoria já estão contempladas no ID JUN-03, de 14 de junho de 2018.

- No ID Jun-03, publicado em 14 de junho de 2018, onde se lê os membros da Direção Nacional presentes em Brasília, acrescentar o nome da diretora Mariana Lopes.

- No ID Jun-04, publicado em 22 de junho de 2018, onde se lê: "Coordenação da mesa: João Paulo Ribeiro e Marilin de Castro Cunha, e teve como expositores os ex-coordenadores gerais da FASUBRA – Léia de Souza; Gibran Jordão e a companheira Bernarda Tailana, da base do SINTUFF", leia-se: Bernarda Thailania Gomes, coordenadora geral do SINTUFF.

- No ID Jun-04, publicado em 22 de junho de 2018, onde se lê: "A plenária foi suspensa às 18h para posse da nova DN da FASUBRA e retornou no dia 16", leia-se: A plenária foi suspensa às 18h para posse da nova DN **e do Conselho Fiscal** da FASUBRA e retornou no dia 16/06.

REUNIÃO DO FÓRUM NACIONAL POPULAR DE EDUCAÇÃO

DATA: 21 DE JUNHO DE 2018

HORA: a partir de 09h

LOCAL: Auditório da CNTE, Venâncio V, segundo andar.

PRESENÇA: ABdC, ANFOPE, ANPAE, ANPED, ASSINEP, CAMPANHA, CNTE, CONFETAM, CONTAG, CONTEE, CUT, FASUBRA, MIEIB, PROIFES-FEDERAÇÃO, SINASEFE-Natal, UNE, FEE-RN, SINTAB-PB (Observador), GABINENTE SENADORA FÁTIMA BEZERRA, FEE-CE, FDE, FEE-RJ.

PAUTA:

Balanco avaliativo da Etapa Nacional da CONAPE 2018 LULA LIVRE

Prestação de contas e avaliação da CONAPE 2018 LULA LIVRE

Apreciação e Encaminhamentos relativos ao Documento Final – Plano de Lutas da CONAPE2018LULA LIVRE

Continuidade dos trabalhos do FNPE: Coordenação, Secretaria Executiva, dinâmica de trabalho (portal, equipe, contribuições financeiras)

Agendas futuras

Outros Informes

1. BALANÇO DA REALIZAÇÃO DA ETAPA NACIONAL DA CONAPE

Os presentes registraram uma avaliação muito positiva da etapa Nacional da Conape. O processo de resistência e de mobilização nacional foi muito bem-sucedido e superou as expectativas relativas à mobilização, qualidade e impacto das discussões e encaminhamentos, considerando o caráter autofinanciado da Conape.

A CONAPE cumpriu um fundamental papel de produzir um grande movimento, com as entidades fazendo as coisas acontecerem, adensando a luta em favor de uma educação democrática e a relação com os vários movimentos sociais. Marco de resistência, simbólico e que expressou as forças vivas da sociedade e demarcou o campo contra os retrocessos.

O FNPE deve ser mantido e fortalecido para continuar articulando as entidades e mobilizando em Defesa da Educação Pública em face dos desafios do próximo período.

2. PRESTAÇÃO DE CONTAS

Prestação de contas da CONAPE 2018 LULA LIVRE foi aprovada (rateio anexo).

3. DOCUMENTO BASE – PLANO DE LUTAS

Foi enviado por e-mail e no grupo, para as 35 entidades do FNPE, em 20 de junho, a sistematização do documento final da CONAPE 2018 LULA LIVRE

Até o dia 27 de junho as entidades podem propor ajustes na redação enviando para conape2018@gmail.com

No dia 29 de junho haverá o Lançamento Virtual do Documento Final – Plano de Lutas CONAPE 2018 LULA LIVRE. A orientação é que todas as entidades nacionais e suas afiliadas postem o documento na página da entidade na internet e promova sua divulgação em todos os espaços.

4. CONTINUIDADE DOS TRABALHOS DO FNPE

COORDENAÇÃO E SECRETARIA EXECUTIVA DO FNPE

A Coordenação do FNPE foi ampliada e será exercida por (5) cinco entidades: CONTEE, PROIFES, CNTE, ANPED, CUT. A CONTEE (Adercia Hostin) exercerá a Coordenação Executiva (Geral) do FNPE, substituindo a CNTE nesta tarefa. A Secretaria Executiva do FNPE continuará sendo exercida pelo Walisson Araújo.

PORTAL

A Frisson continuará prestando serviços de manutenção da página do FNPE, com valor mensal de R\$ 2.500,00.

CONTRIBUIÇÕES

Contribuições Institucionais

Será encaminhada para as entidades do FNPE uma proposta de Carta Compromisso para contribuição financeira das Entidades ao FNPE. A Carta deverá ser assinada pelas 35 entidades do FNPE contendo a respectiva proposta da entidade nacional de contribuição anual, mensal, bimestral ou semestral para apoiar as atividades do FNPE.

Contribuições voluntárias

Será amplamente divulgada Carta Compromisso/Campanha para estimular o apoiador/a financeiro ao FNPE.

5. ORIENTAÇÕES AOS FÓRUNS E ENTIDADES

Durante o mês de julho os fóruns de educação nos Estados, Distrito Federal e Municípios devem se reunir para avaliar a CONAPE 2018 LULA LIVRE e organizar os encaminhamentos sugeridos pelo FNPE, à luz do Manifesto e Plano de Lutas. Informar à conape2018@gmail.com.

Participar efetivamente do ato nacional convocado pelo Fórum das Centrais, formado pela CUT, CSB, CTB, Força Sindical, Intersindical, Nova Central e UGT, no dia 10 de agosto como Dia Nacional de Luta, com atos e paralisações em todo País. Participar das mobilizações nacionais com o mote: BASTA DE DESMONTE DAS POLITICAS EDUCACIONAIS! O PETRÓLEO É NOSSO!

A partir do dia 15 de agosto promover debates com os/as Candidatos/as nas eleições gerais 2018 para que seja assinado o COMPROMISSO DOS/AS CANDIDATOS/ COM AS PROPOSTAS APRESENTADAS PELA CONAPE 2018 LULA Livre.

Promover a sistemática divulgação do FNPE, inclusive colocando a marca do FNPE nos documentos das entidades que compõem o Fórum.

Provocar audiências públicas, julho a outubro, nas casas legislativas das três esferas de governos para apresentar e debater os documentos da CONAPE 2018 LULA LIVRE (Carta de Belo Horizonte e Documento Final).

Dias 29 e 30 de novembro realizar uma Plenária do FNPE, para fazer um diagnóstico das eleições gerais 2018, análise da conjuntura e planejar as ações futuras do FNPE.

6. **AGENDAS do FNPE**

27 de junho: Prazo final para ajustes de redação ao Plano de Lutas.

29 de junho: Lançamento Virtual do Documento Final – Plano de Lutas

Julho a 15 de agosto: Reuniões de avaliação da CONAPE 2018 LULA LIVRE e organização dos encaminhamentos sugeridos pelo FNPE.

Julho a outubro: Realização de audiências públicas nas casas legislativas para debater os documentos da CONAPE 2018 LULA LIVRE (Carta de Belo Horizonte e Documento Final).

10 de agosto: Dia Nacional de Luta - BASTA DE DESMONTE DAS POLITICAS EDUCACIONAIS! O PETRÓLEO É NOSSO!

15 de agosto a 4 de outubro: Realização de debates com os/as Candidatos/as
Informações sujeitas a observações e acréscimos por parte dos participantes.

MOÇÃO DE APOIO

Moção de Apoio ao TAE Antônio Renato Barbosa, técnico de laboratório/área eletrotécnica lotado no Campus de Russas da Universidade Federal do Ceará desde 07/07/2016. O TAE Antônio Renato vem sendo alvo de perseguição e assédio moral por parte da Direção do Campus de Russas, que não reconhece o TAE como Representante Sindical de Base do Campus de Russas eleito por seus pares em eleição conduzida pelo Sindicato dos Trabalhadores Técnico Administrativos das Universidades Federais no Ceará – Sintufce. O referido diretor efetivou o corte de ponto de dois dias em que o TAE estava a serviço da categoria em reunião do conselho de representantes sindicais de base, já enviou falta referente à participação do companheiro na assembléia que o elegeu delegado ao XXIII Confasubra e já afirmou que irá enviar as cinco faltas referentes à participação do mesmo

neste Congresso da Fasubra. Neste sentido, os delegados e delegadas presentes na Plenária Estatutária da Fasubra reunida nos dias 15 e 16 de junho de 2018 aprova moção de apoio ao TAE Antônio Renato e solicita à Direção do Campus de Russas que reveja seus encaminhamentos sobre o corte de ponto do servidor TAE. Enviar esta moção para diretoriaufcrussas@gmail.com, sintufce@uol.com.br.

MOÇÃO DE REPÚDIO À REITORIA DA UFLA

Nós da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (FASUBRA) estamos vindo, através dessa moção, repudiar a iniciativa da reitoria da Universidade Federal de Lavras da resolução, referente aos espaços públicos da referida universidade, pela conotação de cerceamento da plena manifestação política e cultural, nas condições que o contexto democrático coloca como premissas.

O caráter antidemocrático de tal resolução já se denuncia na forma como o controle dos espaços públicos da universidade se caracteriza, expressa no Art. 2 - que faz a atribuição dos tipos de espaços universitários (e de suas funções) às respectivas pró-reitorias e, principalmente, no Art 3, o qual transcrevo abaixo:

Art 3º Todos os espaços supramencionados [no Art 2º] para serem utilizados terão que ter o evento registrado na Pró-Reitoria pertinente a qual emitirá, quando for o caso, parecer técnico de aprovação, condicionados a:

I.Parecer favorável da PROINFRA [Pró-Reitoria de Infraestrutura] sobre a disponibilidade de logística e segurança para a atividade solicitada em questão;

II.Parecer favorável da PROPLAG [Pró-Reitoria de Planejamento e Gestão] sobre a conveniência e adequação aos aspectos legais e administrativos relacionados.

§1º A negativa nos pareceres técnicos implicará na impossibilidade de realização do evento ou atividade.

A implicação desse artigo - particularmente voltada a entidades estudantis e sindicais - é manifesta em vários artigos posteriores que tratam da regulamentação de espaços e eventos específicos de caráter político e cultural (e até mesmo religioso), sob a forma de um parágrafo cuja redação se repete ao longo da resolução:

“Os eventos promovidos pelas Entidades Estudantis ou de Servidores da UFLA, deverão seguir os mesmos trâmites do artigo 3º.”

Tal dispositivo da resolução transforma, na prática, as pró-reitorias em verdadeiras censoras das atividades políticas e culturais dentro do campus. Isso, muito além de caracterizar uma prática antidemocrática, constitui intervenção à autonomia de gestão das entidades representativas de classe (sejam elas estudantis ou sindicais) afetando, ou até mesmo inviabilizando as atividades políticas e culturais, implicando inclusive a divulgação de tais eventos.

O caráter de cerceamento político-cultural da resolução se evidencia ainda mais na redação do Art 13, que trata do uso dos palcos abertos da UFLA para eventos políticos e relativos a diversidades culturais:

Art 13. Assembleias de caráter político, representativo de classes, de diferenças e diversidades, ou religiosas devem ser realizadas prioritariamente nos anfiteatros, ginásios e capela ecumênica para não afetar os direitos dos demais usuários dos espaços de uso comum da UFLA.

§1º A solicitação de autorização para utilização eventual dos Palcos Abertos da UFLA para atividades de caráter político, representativo de classes, de diferenças e diversidades, ou religioso deverá ser feita formalmente, por meio de ofício à PROPLAG com pelo menos, 30 dias de antecedência da data que se pretende realizar o evento.

§2º A PROPLAG terá o prazo de até 7 dias úteis, a contar da data de solicitação formal, para emitir resposta ao requerente.

O artigo acima praticamente visa segregar os eventos de caráter político, de diversidade cultural e religiosos a determinados espaços fechados, praticamente criando um tipo de apartheid dentro do espaço da UFLA, complementado pela exigência abusiva da antecedência de 30 dias de solicitação do uso dos espaços abertos, as quais ainda poderão ser negadas pelo arbítrio das censoras pró-reitorias. Tal medida não condiz com o caráter de espontaneidade das manifestações culturais, nem com a característica de urgência das atividades políticas, frente às conjunturas que, constantemente, afetam as vidas de categorias inteiras de trabalhadorxs (sejam técnicxs ou docentes), e até mesmo de estudantes, caracterizando, na prática, uma afronta à própria liberdade democrática de manifestação.

Tal caráter de censura manifesta da resolução pode, ainda, ser verificado no Art. 26 - que proíbe o uso de carros de som - e nos Artigos 47 e 48, que restringem qualquer divulgação dentro do campus a áreas pré-determinadas pela administração da universidade.

Vale mencionar que o diretor do SINDUFLA Euzébio Luiz Pinto sofreu o caráter truculento de tal deliberação na censura pela panfletagem relativa ao ato do dia 7/6/2018 promovido pelo Fórum de Lutas de Lavras (do qual o SINDUFLA faz parte, e que engloba várias ativistas e entidades representativas de Lavras), e que foi organizado em seguimento à agenda de lutas da própria FASUBRA; em tal censura, houve ameaça de Boletim de Ocorrência da PMMG pela ação da vigilância terceirizada da UFLA. Saliente-se que tudo isso aconteceu antes mesmo da resolução em questão ser votada e entrar em vigor.

A limitação do direito de manifestação política e cultural, nos termos colocados na Resolução sobre o Uso de Espaços Públicos da UFLA, evoca a alusão aos tempos mais sombrios da ditadura militar, nos quais se manifestar politicamente era uma aventura letal, e cujo saldo foi uma legião de torturados e mortos políticos, para cujas famílias remanescentes até hoje se busca reparação. A FASUBRA, como defensora dos direitos dos trabalhadores e da liberdade democrática, vem repudiar mais essa forma de cerceamento que se manifesta dentro do ambiente universitário.

CALENDÁRIO DE ATIVIDADES

2018	
JUNHO	
28, 29 e 30	IX Seminário dos Condutores Oficiais (Motoristas) do IFES - UFMG
AGOSTO	
05 a 11	Seminário Nacional de Segurança – Brasília/DF